

HISTÓRIA, PSICOLOGIA E ANTROPOLOGIA NO TRABALHO CONTRACOLONIAL COM AS MEMÓRIAS: os arquivos orais como reparação na política afirmativa

Flávia Cristina Silveira Lemos

Dolores Galindo

Adriana Helena Moraes e Moraes

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Introdução

Busca-se com este capítulo, construir um artigo teórico a respeito do trabalho com documentos de várias modalidades dos usos de arquivos, visando trazer contribuições para a Psicologia a respeito das memórias contadas pela História Oral de mulheres. Para tanto, mobiliza-se um diálogo com a História, a Filosofia, a Antropologia e a Literatura.

Articula-se a Literatura produzida por mulheres como legado para novas inflexões nas análises de arquivos que possam trazer relevantes pistas para as pesquisas em Psicologia na pesquisa e no exercício profissional em saúde mental e coletiva, na medida em que a escrita de si das mulheres como arquivo biográfico e autobiográfico permite uma análise singular dos modos de existência que possibilita criar outros olhares e perspectivas de trabalho com as histórias de vida, em termos psicossociais. Trabalhar com a oralidade, as memórias, as escritas de si ganham um estatuto de reparação política, social, subjetiva, cultural e histórica que é uma dívida de uma sociedade que excluiu vários grupos sociais, sendo que neste artigo, deu-se destaque para mulheres negras e latino-americanas.

Do tatear arquivos com mulheres que contam Histórias dos seus lugares de fala

Ecléa Bosi (2003) produziu diversas pesquisas em Psicologia Social, durante a sua trajetória de trabalho como docente na Universidade de São Paulo, no campo dos estudos das memórias, sobretudo, em relação aos(às) idosos(as), trabalhando com Walter Benjamin em termos de concepção da relação entre memória e História. As pesquisas feitas por ela se tornaram referência em termos de usos de arquivos orais, no âmbito da Psicologia brasileira.

Revisitar esta herança de uma mulher psicóloga, docente e pesquisadora é salutar, na medida em que há um lugar de fala na escrita em termos de estudos históricos de uma mulher que conta memórias e lembranças, assim como assume uma posição narrativa de quem olha os acontecimentos e a vida de outra perspectiva que resiste à lógica de domínio masculino na ciência diante da escrita historiográfica. De acordo com Michelle Perrot (2005), a história foi contada apenas por homens, sendo que os enfoques utilizados eram com documentos de arquivos chamados oficiais do Estado e acervos que eram praticamente narrativas militares e de estadistas que falavam dos feitos de alguns homens construídos como heróis, em um viés nacionalista.

Não se consideravam as fontes orais, os arquivos pessoais, documentos redigidos nas políticas públicas por profissionais em relatórios e prontuários. Não se trabalhava com arquivos de currículos, de jornais, músicas, panfletos, cartazes, fanzines, revistas, boletins, cartas, textos autobiográficos e biográficos (Perrot, 2005; Priore, 2020). Se observar-se que a oralidade é uma maneira de realizar a contação de História por meio da rememoração geracional, é possível afirmar que toda uma cultura e legado eram silenciados e impedidos de circular na pesquisa.

Do tempo/espço aprendi desde criança a colher palavras. A nossa casa vazia de móveis, de coisas e muitas vezes de alimento e agasalhos, era habitada por palavras. Mamãe contava, minha tia contava, meu tio velhinho contava, os vizinhos amigos contavam. Eu, menina repetia, inventava. Cresci possuída pela oralidade, pela palavra. As bonecas de pano e de capim que minha mãe criava para as filhas nasciam com nome e história. Tudo era narrado, tudo era motivo de prosa-poesia. (Evaristo, 2005, p.1).

Esta interdição de arquivos acontecia em função de preconceitos, violências, discriminações, sexismos, racismos, etarismos, capacitismos e colonialidades. Ou seja, um amplo campo discursivo era excluído da História e desqualificado como fonte legítima. Curiosamente, a cultura oral era e é fundamental para povos originários, pela população preta, por mulheres, por idosos(as), pelas comunidades segregadas nas chamadas periferias urbanas e por pessoas que foram escravizadas e torturadas, sofrendo toda sorte de práticas de aniquilamento de seus corpos e vozes pelos processos de colonização e por Ditaduras (Kilomba, 2011).

Outro ponto a salientar é o fato de que, para Jeanne Marie Gagnebin (2006), a memória como testemunho político e afetivo também foi por muito tempo esquecida e desprezada em função de representar um perigo para o Estado que perpetrou terrores e por quem participou de genocídios, nazismo, fascismos, regimes autoritários, Ditaduras e inúmeras formas de violências e brutais atos. Assim, ela afirma que lembrar e escrever para não esquecer é uma prática de posição política, ética e estética que precisa ser realizada como memorial das vozes que foram caladas, dos corpos que foram mortos e torturados, das famílias que tiveram seus membros presos e que não encontraram os corpos de familiares que foram classificados como desaparecidos(as) políticos, mas que de fato, foram mortos(as) e jogados(as) em valas comuns, rios, mares e/ou incinerados(as).

Nesta mesma linha, que Adichie (2019) alertou para os perigos da História única porque permite o acesso, apenas uma versão contada e, geralmente, em uma dimensão machista, sexista, classista, racista e restrita territorialmente. A memória não pode ser única, ela é múltipla e não pode ser privilégio de um grupo que se autoriza como interlocutores(as) privilegiados(as) como detentores(as). Profanar a História única é o ato político de resistência e luta permanentemente. O trabalho citado, abaixo, de uma mulher negra amazônida é um exemplo do que se propõe discutir quando se fala de profanar a escrita, a pesquisa e o ensino em termos de não permitir que fiquem limitados à uma história única.

Enquanto mulheres negras residentes/nascidas na Amazônia temos outras configurações históricas, demográficas que ao não reconhecer-se a instabilidade da sujeita política mulher negra as quais, tratando-se de Brasil, grande parte das produções e teorizações tem sua concentração no eixo sul-sudeste-nordeste, acabam por colonizar as múltiplas experiências de mulheres negras amazônidas, que são tratadas ou como extensão das subjetividades de um “ser negra brasileira” ou negadas quando ergue-se o mito do indígena e a morenidade enquanto identidade da Amazônia. Justamente por nossas armas discursivas e de combate serem forjadas no mesmo campo das negociações de poder, com suas flexibilidades e possibilidades de ascensões individuais (Câmara, 2017, p.191)

Nesta ação de profanação da História única, outras verdades podem circular e serem tecidas no plural, vistas e escritas, difundidas de várias maneiras e por diversos mecanismos. Libertas os discursos das sujeições impostas é criar insurreições dos saberes e movimentar o campo das subjetividades em seus modos de produção. Se trata de desnaturalizar valores e abrir espaço para a alteridade e para que outras existências e vidas possam ser reconhecidas e acessar direitos, serem protagonistas na escrita e na leitura. Logo, opera-se um jogo relevante de mostrar outras maneiras de viver, outros arranjos familiares, as formas das mulheres viverem seus cotidianos e se libertarem das opressões é uma prática a ser ativada na luta permanente contra o patriarcado, o sexismo e o racismo.

O núcleo familiar e a atuação da mulher negra junto aos seus também foram aspectos observados pela socióloga e militante feminina negra, Lélia Gonzalez (1982, p. 103). A socióloga destaca a atuação da “mulher negra anônima (grifos no original) [como] sustentáculo econômico, afetivo e moral de sua família [...]”. Para Gonzalez essas mulheres são exemplares, inclusive, para as lutas das feministas negras, pois” apesar da pobreza, da solidão quanto a um companheiro, da aparente submissão, é ela a portadora da chama da libertação, justamente porque não tem nada a perder (ibid. 104) (Evaristo, 2005, p. 5).

Assim, a história pode mostrar a ocupação de mulheres dos territórios que lhes eram proibidos e em que elas eram barradas de entrar. Autorizar-se a falar e a narrar o que mulheres viveram é uma prática a ser reconhecida e afirmada como potência de transformação da sociedade para quebrar com o patriarcado, a misoginia e a

coisificação dos corpos das mulheres. As experiências delas precisam ser escritas por elas dos seus lugares de fala (FARGE, 2009; 2011; KILOMBA, 2019).

É a colonialidade do gênero constitui-se pela colonialidade de poder, saber, ser, natureza e linguagem, sendo também constitutiva dessas. Elas são crucialmente inseparáveis. Uma maneira de expressar isso é que a colonialidade do saber, por exemplo, é gendrada e que sem entender seu caráter gendrado não se entende a colonialidade do saber. Mas quero aqui me adiantar dizendo que não existe descolonialidade sem descolonialidade de gênero. Então, a imposição colonial moderna de um sistema de gênero opressivo, racialmente diferenciado, hierárquico, permeado pela lógica moderna da dicotomização, não pode ser caracterizada como circulação de poder que organiza a esfera doméstica, como oposta ao domínio público da autoridade e a esfera do trabalho assalariado (e o acesso e controle da biologia de sexo e reprodução), como em contraste à intersubjetividade e ao saber cognitivo/epistêmico, ou como natureza oposta à cultura (Lugones, 2014, p. 940).

Colocar em xeque a subalternização de mulheres e da singularidade das vivências das mesmas é cada vez mais importante e crucial em termos de uma política de pesquisa e de cuidado na saúde mental e coletiva também porque saber outras memórias e histórias pode ser uma ferramenta de mudança nas maneiras de formular as políticas públicas para as mulheres e os modos de profissionais as atenderem, segundo Adichie (2014).

A cura de mulheres pela escrita de suas próprias Histórias e memórias elaboradas

A escrita da História por meio de memórias orais de mulheres tem sido um instrumento de cura e cicatrização das feridas abertas pelas violências vividas e silenciamentos sofridos. Assim, Glória Anzaldúa (2000), em sua carta, intitulada “Falando em línguas: uma carta para mulheres escritoras do terceiro mundo”, que foi produzida por ela em 21 de maio de 1980, sendo publicada na língua portuguesa, no ano de 2000, há o destaque de como esta prática possibilitou a ela se curar e, ao partilhar o documento com outras mulheres, houve uma ação generosa de proliferar a potência de criar saúde coletiva e mental pela literatura e com a difusão de documentos que são verdadeiros testemunhos de resistências e generosidade.

Escreva sobre o que mais nos liga à vida, a sensação do corpo, a imagem vista, a expansão da psique em tranquilidade: momentos de alta intensidade, seus movimentos, sons, pensamentos. Mesmo se estivermos famintas, não somos pobres de experiências (Anzaldúa, 2000, p. 235).

Anzaldúa (2000), nos escritos que realiza demonstra seus sentimentos, emoções, medos, opressões vividas, raivas a elaborar, violências experienciadas a serem tratadas, feridas dolorosas a cicatrizar. Escrever memórias de sua própria História foi e é um modo de tecer cuidado ético, estético e político em nome da atenção à vida das mulheres.

Foram as experiências dolorosas que me incentivaram a lutar para ensinar de formas que fossem humanizadoras, que animassem o espírito de meus estudantes de maneira que eles se elevassem na direção de sua peculiar completude de pensar e de ser (hooks, 2020, p. 69).

No bojo deste movimento de mulheres na escrita de si, também bell hooks (2020) e Conceição Evaristo (2005) produziram escritas que para elas se tornaram curativas e poderosas forças de vigor e ousadia na ultrapassagem dos reveses de suas existências e diante das desigualdades sociais e econômicas que enfrentaram, semelhantemente a muitas outras mulheres de modos diversos, é óbvio. Não se pode entender mulher como essência e a condição das mulheres é complexa e se diferencia a partir dos contextos e conjunturas das quais participaram e que experienciam nos seus territórios, lugares ocupados e situações no cotidiano de cada realidade que marcou suas memórias e foi alvo de elaboração na contação de suas histórias.

Gosto de escrever, na maioria das vezes dói, mas depois do texto escrito é possível apaziguar um pouco a dor, eu digo um pouco... Escrever pode ser uma espécie de vingança, às vezes fico pensando sobre isso. Não sei se vingança, talvez desafio, um modo de ferir o silêncio imposto, ou ainda, executar um gesto de teimosa esperança. Gosto de dizer ainda que a escrita é para mim o movimento de dança-canto que o meu corpo não executa, é a senha pela qual eu acesso o mundo. (Evaristo, 2005, p. 2).

Neste movimento de se curar e de legitimar a própria história como memória oral, a escritora negra Conceição Evaristo (2005) criou um modo singular de fazer literatura por meio das suas escrevivências. Buscou em suas lembranças de vida criar um regime de verdade político e afetivo que possibilitou um cuidado de si e da cidade por meio da partilha atenta das marcas das existências das mulheres pretas no cotidiano experimentado de uma maneira geracional.

Infinitas vezes, os esforços das mulheres negras para falar, quebrar o silêncio e engajar-se em debates políticos progressistas radicais enfrentam a oposição. Há um elo entre a imposição de silêncio que experimentamos e censura anti-intelectualismo em contextos predominantemente negros que deveriam ser um lugar de apoio (como um espaço onde só há mulheres negras), e aquela imposição de silêncio que ocorre em instituições onde se dizem as mulheres negras e de cor que elas não podem ser plenamente ouvidas ou escutadas porque seus trabalhos não são suficientemente teóricos (hooks, 2017, p. 95).

A quebra do silêncio no universo acadêmico, intelectual, na literatura e na prática profissional é um imenso desafio ainda para muitas mulheres em todos os cantos do mundo, sobretudo, para as mulheres que vivem no Hemisfério Sul, no continente africano, na América Latina e em alguns países da Ásia; até mesmo nos Estados Unidos e Europa. Se a mulher for preta, pobre e tiver menos escolarização do que o que é comum de quem viveu privilégios dos pactos de branquitude, a questão se torna mais complicada ainda em termos de processo de dominação (Bento, 2022).

O que distingue a branquidade da negritude é o fato de a negritude constituir um processo político de tomada de consciência de pertencer a uma raça que foi submetida à opressão colonial eurocêntrica. Já a branquidade não é um processo de luta, é um valor hegemônico que confere supremacia aos brancos, valor que se mantém muito mais pelo silêncio que encobre uma memória herdada do grupo familiar. A branquidade brasileira tem uma história. Não se trata de algo novo. [...] A história a branquidade no Brasil explica-se muito mais pelo silêncio. [...] O branco não nega sua branquidade, também não a alardeia, mas é por ela que ele se afirma (Amador De Deus, 2019, p. 115-116).

Segundo Tânia Regina Luca (2021), o conceito de geração, na História Oral tem sido um vetor relevante para pensar reproduções e singularizações nas vivências de ancestralidade e dos mundos que eram parte das subjetividades e sociabilidades de várias gerações de famílias, sobretudo, das subalternizadas pela História tradicional que era feita só por homens brancos de classes mais abastadas. Acompanhar três gerações de mulheres pretas, por exemplo, avó, mãe e filha é uma prática de tentar perceber e mapear o que mudou nas vidas delas e o que foi repetido, o quanto conseguiram ou não furar os muros segregativos da supremacia branca nas instituições escolares e universitárias, por exemplo, segundo Bento (2022).

Com efeito, esta ação política é fabricada também por Grada Kilomba (2019), em “Memórias da plantação. Episódios de racismo cotidiano”. Neste livro, ela relata a importância de uma escrita que conta as próprias memórias como uma prática de plantar a diferença, o que não dito, o interdito até então pela literatura e pelas instituições universitárias e editoras. Fazer este plantio é narrar e partilhar a escrita de si e trazer para a sociedade racismo e processos de colonialidades que foram vividos por pessoas pretas e pelas mulheres na escravização e os efeitos nas gerações atuais desta violência e acontecimento que poderíamos denominar de aniquilamento.

Para descolonizar o conhecimento, temos que entender que todos/as nós falamos de tempos e de lugares específicos, a partir de realidades e histórias específicas. Não existem discursos neutros. Quando os acadêmicos/as brancos/as afirmam ter um discurso neutro e objetivo, eles/as não estão reconhecendo que também escrevem a partir de um lugar específico, que, naturalmente, não é neutro nem objetivo, tampouco universal, mas dominante. Eles/as escrevem a partir de um lugar de poder (Kilomba, 2011, s/p).

Tanto na produção artística de instalações quanto na sua vida acadêmica e criação literária, Kilomba (2019) se propôs a contar histórias que considera como sementes para outros mundos forjar. Curar-se pela escrita e pela elaboração das memórias na ação literária bem como usar com ato político de testemunhar fontes históricas de mulheres advindas da oralidade é uma possibilidade extremamente crucial para uma micropolítica do trabalho vivo que opera por inventividades e tece a trama histórica de uma forma singular que pode contribuir bastante para a Psicologia, pois, a escuta das histórias de vida e o trabalho permanente com as narrativas destas histórias é um exercício profissional e de pesquisa fundamental para quem atua com a Psicologia e pensa em produzir saúde mental e coletiva também.

História Oral, Antropologia e Psicologia como política de reparação

A História Oral nasce como aproximação maior da História com a Antropologia e a Psicologia (Rosenwein, 2011), na segunda metade do século XX, a partir da ampliação dos temas, dos objetos de estudo na historiografia, no questionamento do silenciamento de vozes de grupos que não apareciam como quem produz História também na escrita e difusão dos documentos e na prática de análise de livros didáticos escolares, de bibliografias nos currículos universitários e pela ausência destes setores excluídos da História também como falas autorizadas de autoria e de reconhecimento como leitura reconhecida na sociedade.

Para Michelle Perrot (1998), no livro: “Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros”, trazer estas pessoas não apenas para os livros, mas como autoras era um grande desafio na historiografia e no campo intelectual marcado por elitismos e privilégios bacharelescos das letras. Rosenwein (2011) declara que estudar pela História Oral as emoções e sentimentos como tema e fazer dos mesmos problemática importante da escrita e produção acadêmica se tornou um importante imperativo político e social da contemporaneidade porque a subjetividade e a saúde mental e coletiva ganharam grande expressão como questão dos últimos dois séculos, na medida em que a vida privada entrava cada vez mais em evidência na relação com a esfera pública.

Crenshaw se propõe a dessencializar a identidade, sem deixar de explicar as estruturas modeladas nesta identidade, produtoras de contextos aprimorados, adiante, pela exclusão política, silenciamento e discriminação. Quer investigar o fracasso da lei, considerando os equívocos retóricos dos movimentos negros e dos feminismos coparticipantes desta discriminação, porque insistem em produzir insumos teóricos para o Estado e sociedade civil sem, antes, analiticamente conceberem identidades interseccionais, sendo improvável enfrentarem o racismo desconsiderando tamanha obviedade (Akotirene, 2019, p. 38).

Assim, o diálogo da História com a Psicologia foi sendo tecido, pois a Psicologia já atuava com histórias de vida como parte do seu ofício profissional. Era bem comum o trabalho com entrevistas nas pesquisas psicossociais e no exercício profissional como modo de ouvir o passado para auxiliar as pessoas a elaborar seus dramas e dores, perceberem suas potências e modos de se relacionar, viver, pensar, existir, agir e sentir. Logo, a Psicologia podia ensinar a História a prática da escuta da oralidade e também de expressões não verbais que não eram tão notadas e observadas por historiadores(as).

A Psicologia deve aprender a escutar antes de descrever, analisar e diagnosticar. Essa escuta é da ordem da transformação, na qual é imprescindível despir-se de supostas análises prévias do discurso e da estilística de vida. A Psicologia, historicamente, ignorou muitas vozes e se sobrepôs a elas. (GORJON, 2021, p. 83).

Outro ponto significativo foi o encontro da História e da Psicologia na História Oral com a Antropologia, em especial, com os estudos sobre cultura, valores e memórias (RITIVOI, 2019). O uso do diário de campo na Antropologia passou a ser uma importante contribuição de antropólogos(as) para a Psicologia e para História transformarem suas metodologias de pesquisa e para que ambas passassem a dar atenção para grupos sociais e culturais que eram colocados às margens e, até mesmo, excluídos(as) da História e da Psicologia como protagonistas de suas vidas e também devendo ser afirmados na potência da escrita e das suas existências a nos ensinar muito em diversos aspectos.

A ausência destes modos de vida produzia uma lacuna de contato com a alteridade na formação, nos currículos, nas bibliografias estudadas, no reconhecimento intelectual e na literatura que causava impacto psicossocial imenso na sociedade. Lugones (2014) compreende a lacuna literária e nas pesquisas que foram relatadas como desejo de colonialidade que é um processo de coisificação e retirada da dignidade e humanidade dos grupos silenciados e apagados do currículo e da história. Assim, ela declara (LUGONES, 2014, p. 939):

Ao usar o termo colonialidade, minha intenção é nomear não somente uma classificação de povos em termos de colonialidade de poder e de gênero, mas também o processo de redução ativa das pessoas, a desumanização que as torna aptas para a classificação, o processo de sujeitificação e a investida de tornar o/a colonizado/a menos que seres humanos.

Pelo exposto acima, o trabalho de Rovai (2017) conferiu destaque à História da Mulheres, no campo da oralidade e da escrita literária, no campo dos estudos psicológicos e na historiografia. Portanto, trazer as memórias das mulheres para os diários de campo, para a escuta em entrevistas e rodas de conversas, para a escrita de si era um crucial movimento de torção na política da verdade e na ruptura da chamada História única. Neste sentido, que Collins (2016; 2019) salientou o quanto é fundamental aprender com os feminismos negros e torcer os saberes pela interseccionalidade, a partir da relação de marcadores e gênero com os de raça/etnia e classe social nas leituras, nas análises e nas produções escritas e de pesquisas.

A interseccionalidade sugere que raça traga subsídios de classe-gênero e esteja em um patamar de igualdade analítica [...] permite às feministas criticidade política a fim de compreenderem a fluidez das identidades subalternas impostas a preconceitos, subordinações de gênero, de classe e raça às opressões estruturantes da matriz colonial moderna da qual saem (Akotirene, 2019, p. 36-38).

Evaristo (2020) também assinalou que a escrevivência deveria considerar a relação entre gênero e raça/etnia como elemento agregador significativo para a produção da proliferação de vozes que eram apagadas e de vidas que eram colocadas fora dos livros, ausentes dos arquivos estudados, invisibilizadas das leituras na esfera editorial e curricular.

É a autoridade da estética branca quem define o belo e sua contraparte, o feio, nesta nossa sociedade classista, onde os lugares de poder e tomadas de decisão são hegemonicamente brancos. Ela quem afirma “o negro é o outro do belo”. É esta mesma autoridade quem conquista, de negros e brancos, o consenso legitimador dos padrões ideológicos que discriminam uns em detrimento de outros (Santos, 1983, p. 29).

Curiel (2020) vai na mesma aposta de propor o deslocamento de saberes pelos feminismos decoloniais como posicionamento político e ético de questionamento das colonialidades que vicejam na sociedade atual e alimentam preconceitos, violências, opressões, dominações, xenofobias, sexismos, capacitismos, etarismos, poderes, subalternizações e etnocentrismos.

A psicologia e outras ciências humanas, ao se descolonizarem, podem contribuir para a desconstrução histórica de padrões coloniais de dominação presentes nas diferentes dimensões da realidade social. É penetrando na complexa malha de significações da realidade e em suas construções histórico-culturais que a psicologia pode oferecer subsídios para que as diferentes populações possam articular o conjunto de saberes, princípios éticos, mundo simbólico-imaginário e conhecimentos ancestrais em um projeto crítico da colonialidade do poder. (Gonçalves, 2016, p. 410)

Inclusive, Gomes (2017), em seu livro: “Movimento negro educador. Saberes construídos nas lutas por emancipação”, ressaltou o quanto a partilha das memórias das disputas e de movimentos sociais podem ensinar e produzir transformações libertárias decisivas em uma sociedade racista que está marcada por desigualdades sociais e econômicas extremas e que não pode mais permanecer como cúmplice de tanta violência e silenciamento. Assim, traz à tona a História Oral do movimento negro como um dispositivo de resistência na educação cotidiana e convida a universidade, escolas e outras instituições a repensarem suas formas de ensino, suas metodologias e seu processo de valoração da literatura e dos saberes.

Lélia Gonzalez (2020) vai além e lembra que o preconceito linguístico é outro grande problema na relação com a literatura e com os saberes orais no Brasil. Ela propõe o pretuguês como linguagem a ser valorizada e incorporada no campo valorativo do sistema de ensino, de pesquisa, editorial e no plano dos processos e reconhecimento social e cultural. Questiona a primazia da herança ibero-portuguesa da língua nas instituições que reproduzem uma gramática, regras discursivas, modos de avaliar, escutar, escrever e publicar que opera por um eurocentrismo no Brasil e exclui linguagens advindas da relação com os povos africanos que foram sequestrados e trazidos para o país escravizados e, posteriormente à abolição da escravatura legal, teve suas vidas e culturas negadas e colocadas à própria sorte, sendo alvo de desqualificações, aprisionados, mortos, jogados nas ruas e internados em hospitais psiquiátricos e empurrados em um apartheid espacial para lugares de vulnerabilidade na moradia, que passaram a se chamar favelas em morros e locais insalubres e sem infraestrutura.

Para Lélia Gonzalez (2020), não contar as histórias destes povos, negar seus direitos à memória e desautorizar suas falas, escrita e culturas foi mais uma violência que foi realizada contra o povo preto, no Brasil. Portanto, ela defende que o pretuguês seja empregado e que se quebre o preconceito linguístico como parte da ruptura contra outros preconceitos, estigmas e discriminações que são impetrados aos povos pretos, no país. No bojo desta prática, a História Oral passou a valorizar a oralidade em pretuguês e incorporou as diferenças culturais e nas expressões das linguagens como produção de subjetividade e campo profícuo de estudos das memórias.

Uma vez estabelecido, o mito da superioridade branca prova sua eficácia pelos efeitos da violenta desintegração e fragmentação da identidade étnica produzida por ele; o desejo de se tornar branco (“limpar o sangue”, como se diz no Brasil) é internalizado com a consequente negação da própria raça, da própria cultura (Gonzalez, 2020, p. 130).

Matos (2016) afirma que fazer a História Oral das pessoas pretas é um gesto de reparação histórica que não pode ser protelado e negado de modo algum. Neste aspecto, Paredes (2020) diz o mesmo em relação às memórias das mulheres indígenas e da América Latina que não tinham lugar nas escritas majoritárias dos feminismos brancos de herança europeia, reproduzidos nos países latino-americanos, nas pesquisas e universidades por feministas brasileiras que tinham reconhecimento.

Considerações finais

Poder contar e escrever outras histórias é um desafio ainda a superar e uma barreira a ultrapassar no presente, em termos de busca pela justiça social. As conversações entre História Oral, Psicologia e Antropologia nos encontros com o campo da literatura produzida por mulheres e com os usos de fontes orais nos estudos das memórias é um importante trabalho a ser incorporado nas pesquisas e nas publicações tanto nas universidades quanto nos currículos de todos os níveis de ensino.

Este artigo tentou trazer algumas linhas de análise da emergência de um campo de possibilidade de pesquisa com arquivos orais e de como é significativo realizar uma escrita de si enquanto cura, produção de saúde e elaboração de situações de tortura, escravização, opressões, dominações, silenciamentos e interdições de toda sorte da ordem das práticas de colonialidades na ordem do discurso que marcam corpos, saberes, políticas, metodologias, leituras, difusão cultural e políticas públicas as mais diversas. Trazer à tona os preconceitos linguísticos e a ausência de mulheres na escrita e lidas, especialmente, a partir das memórias orais foi um objetivo deste texto.

Falar sobre o corpo da mulher negra implica, a priori, pensarmos o corpo enquanto signo, como um ente que reproduz uma estrutura social de forma a dar-lhe um sentido particular, que certamente irá variar de acordo com os mais diferentes sistemas sociais. [...] Isso significa que o corpo está investido de crenças e sentimentos que estão na origem da vida social [...] ele funciona como marca dos valores sociais e nele a sociedade fixa seus sentidos e valores. (Nogueira, 1999, p. 41)

Tentou-se apresentar algumas discussões a respeito da aproximação de diálogos entre a Psicologia, a História Oral e a Antropologia como dispositivo de problematização dos documentos que antes eram considerados não legítimos em termos de fontes na historiografia tradicional. Ao final, abordou-se um debate a respeito da quebra do silenciamento e da função educativa da inflexão que trouxeram mulheres negras e latino-americanas nos movimentos feministas e nas instituições de pesquisa e educação.

Essa condição faz com que esses sujeitos assumam, a partir do lugar em que estão inseridos, diversos olhares que desencadeiam processos particulares subjacentes na luta de cada grupo particular. Ou seja, grupos de mulheres indígenas e grupos de mulheres negras, por exemplo, possuem demandas específicas que, essencialmente, não podem ser tratadas, exclusivamente, sob a rubrica da questão de gênero se esta não levar em contas as especificidades que definem o que é ser mulher neste e naquele caso. (Carneiro, 2003, p.119)

Concluindo, apostou-se em pistas de reparação de dívidas históricas como mecanismo de justiça social com as mulheres e de ampliação das fontes, temas, metodologias e práticas de escrita e leitura que consideram a alteridade, que contribuam efetivamente para ruptura com preconceitos inúmeros e modalidades de violências que ainda vicejam, infelizmente na sociedade atual e devem ser alvo de enfrentamento e ações de resistências na pesquisa e no ensino, tanto em termos do currículo e da formação quanto do exercício profissional da Psicologia, na História e na Antropologia de tal forma que se faça uma profanação da tradição eurocêntrica e repleta de privilégios de branquitude em pactos de silenciamento da diferença que foram e são ainda intensos no presente em que vivemos.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, C. N. **O perigo da história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Polén, 2019.

ANZALDÚA, G. **Falando em línguas**: uma carta para mulheres escritoras do terceiro mundo, 2000. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/16/o/anzaldua.pdf>

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória**. Ensaios de Psicologia Social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

CÂMARA, F. D. da S. **Mulheres Negras Amazônidas Frente à Cidade Morena**: O Lugar Da Psicologia, Os Territórios De Resistência: O Lugar Da Psicologia, Os Territórios De Resistência / Flávia Danielle da Silva Câmara. - 2017.

CARNEIRO, S. **Racismo, Sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo, Selo Negro: 2011.

COLLINS, P. H. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/MZ8tzzsGrvmFTKFqr6GLVMn/?format=pdf&lang=pt>.

COLLINS, P. H. **Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**; Tradução Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo, 2019.

CURIEL, O. Crítica poscolonial from las prácticas políticas del feminismo antirracista. *Nómadas* (Col), v. 26, p. 92-101, 2007. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=1051/105115241010>.

CURIEL, O. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. In: VAREJÃO, A. *et al.* **Pensamento feminista hoje**: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

EVARISTO, Conceição. “Gênero e etnia: uma escre(vivência) de dupla face”. In: MOREIRA, Nadilza M. de Barros; SCHNEIDER, Liane. **Mulheres no mundo** – etnia, marginalidade, diáspora. João Pessoa: Ideia/ Editora Universitária – UFPB, 2005. p. 201 – 212.

EVARISTO, C. **Escrivivência**: a Escrita de Nós - Reflexões Sobre a Obra de Conceição. Belo Horizonte: Mina, 2020.

FARGE, A. **O sabor do arquivo**. São Paulo: EdUSP, 2009.

FARGE, A. **Lugares para a História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar, escrever, esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2006.

GOMES, N. L. **O movimento negro educador**. Saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis/RJ: Vozes, 2017.

GONZALEZ, L. Por um feminismo afro-latino-americano. In: VAREJÃO, A. *et al.* **Pensamento feminista hoje**: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática de liberdade. São Paulo: Elefante, 2017.

HOOKS, Bell. *Tudo sobre o amor*: novas perspectivas. São Paulo: Elefante, 2020.

KILOMBA, G. *Palestra-Performance*: “Descolonizando o conhecimento”. Traduzida por: Jéssica Oliveira, organizada pelo Instituto Goethe - São Paulo, 2011. Disponível em: <https://joacamillopenna.files.wordpress.com/2018/05/kilomba-grada-ensinando-a-transgredir.pdf>.

KILOMBA, Grada. **Memórias de uma plantação**. Episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LUCA, Tânia Regina. *Práticas de Pesquisa em História*. São Paulo: Contexto, 2020.

LUGONES, M. Colonialidad y Género. **Tabula Rasa**. Bogotá, Colombia, n. 9, p. 73-101, 2008. ISSN 1794-2489

LUGONES, M. Rumo a um Feminismo decolonial. **Revista estudos feministas**. v. 22, n. 3, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755/28577>.

MATTOS, H. *História oral e comunidade. Reparações e culturas negras*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

NOGUEIRA, I. B. **A cor do inconsciente**. Significações do corpo negro. São Paulo: Perspectiva, 2021.

PAREDES, J. Uma ruptura epistemológica com o Feminismo ocidental. In: VAREJÃO, A. *et al.* **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

PERROT, M. **Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros**. São Paulo: Paz & Terra, 1998.

PRIORE, Mary Del. **Sobreviventes e guerreiras**. Uma breve História das Mulheres no Brasil de 1500 a 2000. São Paulo: Planeta, 2020.

RITIVOI, A. D. **Empatia, intersubjetividade e compreensão narrativa**. Lendo histórias, lendo as vidas (dos outros). São Paulo: Letra e Voz, 2018.

ROSENWEIN, B. H. **História das emoções: problemas e métodos**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

ROVAI, M. G. de O. **História oral e história das mulheres**. Rompendo silêncios. São Paulo: Letra e Voz, 2017.

SANTOS, M. S. dos. **Memória coletiva e justiça social**. São Paulo: Garamond, 2021.